

Governo preocupado em evitar os erros

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney adiou mais uma vez, ontem, a assinatura do decreto que cria, no âmbito do Poder Executivo, a tão aguardada Comissão Pré-Constituinte. É realmente um parto difícil, que exigiu uma série de encontros entre o presidente e o ministro da Justiça, Fernando Lyra, e está causando vários desencontros entre as assessorias do Ministério e do Palácio. Não apenas pelos seus aspectos políticos, mas também pelo seu lado técnico, a matéria está sendo objeto de detalhado exame em várias esferas do governo. Espera-se, portanto, no Congresso, que o decreto, quando for publicado, não apresente falhas técnicas e imperfeições jurídicas, como vem ocorrendo com atos legais divulgados pelo Palácio do Planalto.

A criação dessa comissão de alto nível com o objetivo de subsidiar a tarefa da Assembleia Nacional Constituinte está em estudos desde a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral. O presidente eleito, antes mesmo de compor a equipe ministerial, já havia conversado várias vezes com o ministro da Justiça, Fernando Lyra, sobre o assunto. Já estavam escolhidos o presidente, jurista Afonso Arinos de Mello Franco, o secretário-executivo, jornalista Mauro Santayana, e o coordenador, senador Fernando Henrique Cardoso. Quando Tancredo morreu, o presidente José Sarney foi posto a par dos planos pelo ministro Fernando Lyra, e a comissão proposta acabou sofrendo algumas mudanças. Sua composição foi redefinida, de forma a nela serem incluídos juristas e representantes da sociedade civil mais identificados com o novo presidente da República. Da mesma forma, por sugestão do presidente Sarney, foi melhor explicitado o verdadeiro papel dessa Comissão Pré-Constituinte, a fim de que ela seja realmente um órgão de assessoramento e não possa extrapolar em suas funções, de forma a tentar dirigir os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, que o governo e os políticos que o apóiam desejam livre e soberana.

Mudou o presidente da República e a Comissão Pré-Constituinte, conseqüentemente, sofreu algumas mudanças para adequar-se melhor ao figurino do governo Sarney. Se, com Tancredo, ela estava predestinada a influenciar mais a Constituinte, pela própria força que emanaria do Poder Executivo, com Sarney a comissão sofreu um relativo esvaziamento, perdendo parte de sua força na exata medida em que o próprio governo da Nova República se sentiu enfraquecido pela ausência de Tancredo Neves.

Mas não foram apenas essas questões políticas que determinaram tantas idas e vindas do ministro Fernando Lyra ao Palácio do Planalto. Assessores do presidente Sarney reconhecem que o Palácio estava preocupado também com aspectos técnicos do decreto de criação dessa comissão, receando incorrer em falhas que poderiam prejudicar o seu funcionamento e, ao mesmo tempo, colocar mais uma vez em xeque a competência dos assessores do governo da Nova República.

Primeiro, o presidente Sarney fez valer sua decisão de não mais assinar nada que lhe seja levado pelos ministros de Estado sem submeter o assunto previamente à sua assessoria. Depois, o presidente se dispôs a analisar com o ministro Fernando Lyra ponto por ponto do decreto, discutindo não apenas a representatividade dessa comissão, como também o seu papel e a sua

composição. Sarney consultou o professor Afonso Arinos, o seu assessor Célio Borja e integrantes do comando do PMDB, trocando idéias sobre o assunto.

Tudo isso o presidente faz para evitar a repetição dos desagradáveis episódios verificados por ocasião da divulgação do texto da proposta de emenda constitucional que convoca a Assembleia Nacional Constituinte ou do decreto que determinou a desapropriação de terras no município de Londrina (PR). Nesses dois casos, recaiu sobre o próprio Palácio do Planalto, como não poderia deixar de ser, a responsabilidade pelos erros contidos nos documentos. O governo sofreu desgastes que poderiam ter sido evitados com uma leitura atenta dos atos e por meio de consultas às partes interessadas.

No caso da Constituinte, é bom frisar, as falhas técnicas descobertas na proposta resistiram ao crivo do Ministério da Justiça, da Assessoria Política do Planalto e do próprio Conselho Político do governo. A emenda foi exaustivamente discutida nas três esferas e, mesmo assim, chegou ao Congresso imperfeita, prevendo a instalação da Constituinte em 31 de janeiro de 87, quando ainda não estarão empossados os deputados e os senadores a serem eleitos em novembro do ano que vem. E não apenas o texto da emenda continha imperfeições: na mensagem que enviou aos congressistas, acompanhando a emenda, o Palácio do Planalto esqueceu-se de pedir preferência para sua tramitação. A falha só foi corrigida através de outra mensagem ao Congresso.

Com o decreto relativo às desapropriações em Londrina, a escoregada foi pior, na medida em que gerou intranquilidade entre os proprietários rurais do município, que de repente se viram sob o risco de terem suas terras desapropriadas. A culpa pelo erro ficou com o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, mas o governo também foi atingido como um todo pelas críticas à incompetência da administração federal.

Não bastassem esses dois casos, o Palácio do Planalto teve de engolir mais críticas semana passada, quando divulgou a agenda do presidente relativa a quinta-feira com alguns equívocos, chamando de "João" o governador José Agripino Maia e identificando como presidente da Chesf — Centrais Hidrelétricas do São Francisco — o presidente da Cesp, Companhia Energética de São Paulo.

Como se vê, não é à toa que o presidente Sarney age com cautela quando se trata de assinar atos preparados por seus ministros. Gato escaudado tem medo de água, mesmo fria. E o ministro Fernando Lyra, embora nada tivesse que ver com as gaffes anteriores do governo, teve de submeter-se ao excesso de zelo com que o presidente trata a questão da Comissão Pré-Constituinte.

Ainda é cedo para se avaliar o conteúdo do decreto presidencial nomeando a Comissão Pré-Constituinte do professor Afonso Arinos. Somente nos próximos dias, quando o texto for conhecido e analisado pelos políticos e juristas, será possível dizer se o documento atinge a finalidade a que se destina. É de esperar que ele não contenha falhas, como a mensagem da Constituinte ou o decreto da desapropriação de Londrina. Não se pode dizer agora que o assunto esteja sendo tratado atropeladamente. Tempo não lhe falta. O governo não tem, portanto, o direito de errar mais uma vez.